

AS MULHERES E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO: A BUSCA DE AJUDA NA PERSPECTIVA DA INTERSECCIONALIDADE E DOS MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA

[Rosana Menzani¹
Wagner Figueiredo²

Resumo: Este artigo buscou compreender a violência de gênero a partir do recorte da interseccionalidade e dos marcadores sociais da diferença, tendo como base as narrativas de mulheres em situação de violência doméstica por parceiro íntimo e que buscaram por ajuda. Trata-se de um estudo exploratório e de abordagem qualitativa. Os resultados demonstram que o estado civil, emprego, renda, vivência da maternidade, rede de apoio, engajamento de profissionais e serviços, e a pandemia de Covid-19, foram alguns dos marcadores que ocasionaram a busca por ajuda de maneiras diversas em todo o contexto pesquisado, tornando as mulheres ainda mais vulneráveis para buscarem por ajuda e para conseguirem sair do ciclo de violência vivenciado. Consideramos que os objetivos iniciais deste artigo foram alcançados, conseguindo compreender melhor o recorte da interseccionalidade e dos marcadores sociais da diferença nos casos de violência de gênero em específico das mulheres que buscaram por ajuda. Por fim, torna-se necessário discutirmos e pensarmos coletivamente sobre as ações e intervenções para a prevenção da violência de gênero, alicerçadas em uma rede de atendimento e enfrentamento que seja de fato, apoio e suporte para mulheres em todo o seu percurso por ajuda.

Palavras-chave: violência de gênero; violência doméstica por parceiro íntimo; interseccionalidade; marcadores sociais da diferença.

Abstract: This article sought to understand gender violence from the point of view of intersectionality and social markers of difference, based on the narratives of women in situations of domestic violence by an intimate partner and who sought help. This is an exploratory study with a qualitative approach. The results show that marital status, employment, income, experience of motherhood, support network, engagement of professionals and services, and the Covid-19 pandemic, were some of the markers that led to the search for help in different ways throughout the world. researched context, making women even more vulnerable to seek help and to get out of the cycle of violence experienced. We believe that the initial objectives of this article were achieved, achieving a better understanding of intersectionality and the social markers of difference in cases of gender violence, specifically for women who sought help. Finally, it

¹ Psicóloga com Mestrado em Gestão da Clínica (UFSCar) e especializações em Promoção de Saúde na Comunidade (USP), Garantia dos Direitos e Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente (UnB) e Psicopedagogia (FAPSI). Atua com foco em políticas públicas, direitos humanos e justiça social, acumulando experiências em contextos de vulnerabilidade, saúde coletiva e educação. Atualmente, é docente de Desenvolvimento Social no Senac SP, onde integra teoria e prática em processos formativos que valorizam o protagonismo, a equidade e a transformação social.

² Possui graduação em Medicina pela Faculdade de Medicina de Campos (1983), mestrado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (2000) e doutorado em Medicina (Medicina Preventiva) pela Universidade de São Paulo (2008). Atualmente é professor adjunto do Departamento de Medicina da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e docente do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Gestão da Clínica. Desde 2014, é líder do Grupo de Pesquisa GRUPO QUIRON - ESTUDOS E PRÁTICAS EM SAÚDE. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Atenção Primária, atuando principalmente nos seguintes temas: atenção primária à saúde, gênero e saúde; masculinidades e saúde; violência; equipe multiprofissional e atendimento domiciliar.

becomes necessary to discuss and think collectively about the actions and interventions for the prevention of gender violence, based on a service and coping network that is, in fact, support and support for women throughout their journey for help.

Keywords: gender violence; intimate partner domestic violence; intersectionality; social markers of difference.

INTRODUÇÃO

Estudos apontam que as violências sofridas pelas mulheres são consideradas um grave problema de saúde pública e que repercutem diretamente na saúde física e mental das envolvidas (MINAYO, 2004; TERRA, 2017). Tais violências são entendidas, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), como uma patologia social com caráter epidêmico, que perpassa classes sociais, raças, etnias e gerações (OMS, 2002). E apresenta caráter plurívoco, ou seja, as diversas definições são relacionadas a conceitos como poder, força, autoridade e dominação, advindos de especificidades históricas e culturais que se perpetuam até os dias atuais (ARENDT, 2009; BARUS-MICHEL, 2011).

Entende-se por violência contra a mulher qualquer ação baseada na desigualdade de gênero, que cause à mulher dano patrimonial, moral, psicológico, físico e sexual (BRASIL, 2006; GADONI-COSTA e DELL'AGLIO, 2010). Sendo considerada um problema de ordem universal, independentemente de cultura, grau de instrução, religião, situação socioeconômica e nível de desenvolvimento do país (MOURA, ALBUQUERQUE e SOUZA, 2011; REICHENHEIM et al, 2011).

Dessa forma, a violência pode ser entendida como violência de gênero quando, por questões culturais, a sociedade incentiva que o homem exerça certa dominação sobre a mulher, permitindo que ela seja agredida unicamente pelo seu gênero e colocando-a em uma posição inferior, legitimando as violências impostas em razão de valores primitivos e patriarcais (JESUS, 2015). Trata-se de um fenômeno que se constitui a partir da naturalização das desigualdades entre os sexos, que se assenta nas categorias hierárquicas, historicamente construídas, como um dos mecanismos ideológicos capazes de legitimar o *status quo*, entre os quais se encontram as classificações sociais e, nestas, a classificação sexual (GUEDES, FONSECA e EGRY, 2013). Estima-se, por exemplo, que pelo menos um quinto da população feminina mundial já tenha sofrido violência física e sexual em algum período da vida em decorrência de questões fragilizadas de gênero (KRUG et al, 2003).

A temática deste artigo contempla alguns desafios e marcos históricos na luta das

mulheres pelo atendimento e enfrentamento em casos de violência. Segundo o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, foram possíveis algumas conquistas advindas a partir da criação da Lei Maria da Penha, como a determinação de encaminhamentos das mulheres em situação de violência e seus dependentes a programas e serviços de proteção e de assistência social (BRASIL, 2011). Para entendimento e compreensão dos conceitos, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) define rede de enfrentamento como:

[...] a atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011, p. 13).

Essa rede de enfrentamento busca dar conta da complexidade da violência contra a mulher, sendo a rede de atendimento, segundo as diretrizes da SPM:

Um conjunto de ações e serviços de diferentes setores, que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento, à identificação e ao encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência e à integralidade e à humanização do atendimento (BRASIL, 2011, p. 14).

O protocolo de fluxos e encaminhamentos, segundo Leitão (2014), é um documento que objetiva, de forma clara e concisa, estabelecer normativas e orientações sobre como proceder no atendimento às mulheres que buscam ajuda junto à rede especializada e não especializada de atendimento no Estado, assim como a Lei nº 11340/06 (Lei Maria da Penha) que prevê a determinação do juiz para a inclusão da vítima em programas governamentais de proteção e atendimento que constam na rede de proteção à mulher, se necessário.

Segundo Grossi, Coutinho e Bittencourt (2015), a mulher em situação de violência deve estar protegida pelo Estado, através de políticas públicas que estejam articuladas nas diferentes esferas da vida pessoal e social. A Política Nacional de Assistência Social, (PNAS) em consonância com as demais, tais como as de saúde, segurança pública, justiça, entre outras, deve atuar nas dimensões da assistência, prevenção, proteção e garantia dos direitos desse segmento (GROSSI, COUTINHO e BITTENCOURT, 2015).

Contudo, a violência à mulher permanece inserida tradicional e profundamente arraigada na vida cotidiana — muitas vezes percebida como situações normais — e evidenciadas em maior proporção por determinada classe social, gênero e raça (SCHRAIBER et al, 2005). Nesse contexto, é notável a imprescindibilidade da discussão dos referidos grupos de marcadores sociais da diferença citados, de maneira a compreender as diversas circunstâncias de vulnerabilidades e desafios que permeiam esse cenário (ESTRELA et al, 2020).

Segundo Melo e Malfitano (2020) os marcadores sociais da diferença compreende o indivíduo como um sujeito social e culturalmente constituído em vivências discursivas, nas quais gênero, classe, raça, entre outros, não são considerados variáveis independentes, mas que se entrelaçam de maneira que a diferenciação do indivíduo ocorre na configuração de sistemas de classificação social assim como da constituição de corpos e identidades coletivas. Essas construções sociais preexistem desde o nascimento do indivíduo e se articulam de maneira a produzir maior ou menor inclusão e exclusão social, a depender do quanto confrontam identidades sociais hegemônicas (MELO e MALFITANO, 2020).

É importante analisar os marcadores que somam ou subtraem acessos e privações de direitos, compreendendo como eles se articulam entre si nas experiências vividas e, como se traduzem no âmbito social, quais as práticas e os atores envolvidos nesses processos e sob quais discursos são reforçados (VENCATO, 2014). Ou seja, uma relação de desigualdade não deve ser analisada somente por meio de um marcador isolado, uma vez que a própria relação é capaz de exercer a dominação (VENCATO, 2014). Assim sendo, dentro da perspectiva dos marcadores sociais da diferença, essas combinações são chamadas de interseccionalidade (BRAH, 2006).

A interseccionalidade é uma teoria transdisciplinar que nos auxilia a apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado (BILGE, 2009), nos ajudando a pensar como os eixos de opressão se entrecruzam e se potencializam, uma vez que, do ponto de vista analítico, permite a identificação dos problemas sociais, capturando suas consequências estruturais e dinâmicas das intersecções entre os vários eixos de subordinação (CRENSHAW, 2002).

Desse modo, este artigo buscou compreender a violência de gênero a partir do recorte da interseccionalidade e dos marcadores sociais da diferença, tendo como base as narrativas de mulheres em situação de violência doméstica por parceiro íntimo e que buscaram por ajuda.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório e de abordagem qualitativa, realizado em um CREAS, localizado em um município de porte médio do Estado de São Paulo. O estudo foi autorizado pelo Comitê de Ética para Pesquisa com Seres Humanos e pela Secretaria Municipal de Assistência Social do município em que a pesquisa foi realizada. Foram convidadas a participar da pesquisa as mulheres atendidas no serviço e a coleta de dados ocorreu mediante seleção intencional, optando por usuárias em situação de violência de gênero por parceiro íntimo.

A equipe técnica do local sugeriu uma lista com quarenta e oito mulheres referenciadas por demanda espontânea e de encaminhamento de outros serviços entre os anos de 2019 e 2020. Do total da lista, foi possível o convite a 21 mulheres, porque as demais se mudaram de endereço e telefone, dificultando a localização atualizada. Das 21 mulheres convidadas pelos profissionais e pesquisadores, quatro aceitaram participar. Segundo a própria equipe, é comum a dificuldade em trazê-las, pois a maioria acaba retornando ao lar com o agressor, demonstrando receio em relatar as violências para pessoas que não fazem parte da equipe técnica e que também não possuem vínculos fortalecidos para escuta e atendimento.

Foram incluídas as usuárias atendidas pelo CREAS, maiores de 18 anos, em condições físicas e psicológicas para responder às perguntas e que estavam de acordo com os protocolos do estudo, mediante a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). E foram excluídas da pesquisa as usuárias que não demonstraram condições físicas e psicológicas para participar da entrevista e as que não concordaram em participar do estudo. E por fim, realizamos quatro entrevistas semiestruturadas com base em um roteiro de entrevista formulado pelos pesquisadores. As entrevistas foram gravadas em dispositivo eletrônico de áudio e, posteriormente, transcritas e transformadas em narrativas para análise e discussão dos resultados. A partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1977) dos dados transcritos das entrevistas e das narrativas apresentadas, foi possível analisar e compreender a interseccionalidade e os marcadores sociais da diferença da violência de gênero nas vivências das mulheres em situação de violência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados demonstram que as repercussões e consequências da violência na vida dessas mulheres permaneceram inúmeras, com graus de intensidade cada vez maiores e mais desumanas. E em todos os relatos narrados, pode-se notar a presença de sequelas físicas e emocionais, permeadas por resquícios de traumas físicos e psicológicos sofridos ao longo de seus relacionamentos ((TERRA, D'OLIVEIRA e SCHRAIBER, 2015; GÓES, 2019; e D'OLIVEIRA, 2020).

As mulheres entrevistadas estiveram por períodos que foram de meses a anos convivendo com episódios abusivos e de violência, e que fizeram com que elas perdessem suas identidades e que não se reconhecessem como “merecedoras” de algo ou alguém. Essas consequências da violência precisam de monitoramento, dada sua intencionalidade e gravidade, pois foram ocasionando vários prejuízos a elas, entre eles: agravos na saúde física e mental, diminuição da autoestima e prejuízos na qualidade de vida (GUIMARÃES et al., 2018; FERREIRA et al., 2018).

Em relação ao estado civil, os resultados demonstram que esse foi um fator que influenciou consideravelmente na busca por ajuda. As participantes relataram sentimentos e arrependimentos por não conseguirem terminar a relação conjugal diante das violências sofridas. Entretanto para as mulheres divorciadas, não houve tanta demora na busca por apoio e suporte, já que, segundo elas, não havia mais convivência afetiva com o agressor. Demonstrando que a submissão contínua das relações conjugais, ao longo dos anos, diminui a autoestima e a capacidade de pensar e a de reagir das mulheres (HEISE, 2017), assim como a esperança de término da situação de violência que pode ceder espaço ao conformismo e posteriormente ao arrependimento. (WHO, 2005 e GARDONI-COSTA ZUCATTI e DELL'AGLIO 2011).

Em relação ao grau de escolaridade, para as mulheres com ensino médio e superior completo houve uma compreensão mais adequada acerca da violência de gênero e dos locais próprios para buscarem por ajuda. As entrevistadas que não haviam concluído o ensino fundamental, referem que o pouco acesso à educação foi um dificultador para o entendimento do tema e houve uma maior dificuldade para buscar por suporte. Considerando tal premissa, os resultados deste estudo indicaram que a escolaridade da mulher é um marcador protetivo para evitar a ocorrência dos diferentes tipos de violência, principalmente quando o nível de escolaridade é maior que o de seus parceiros. (WANG T, *et al.* e ZAREI *et al.* 2017).

Em relação a maternidade, os resultados demonstram que entre todas as motivações para que as mulheres buscassem por ajuda, a maior delas se deu em relação

aos filhos, segundo as mães, para que a saúde e a vida deles fossem amparadas e preservadas. E, dadas às circunstâncias, elas recorreram ao Conselho Tutelar (CT) para solicitarem ajuda, demonstrando como prioridade a proteção dos filhos e o afastamento deles do agressor justamente por temerem pelas consequências que poderiam enfrentar. Conforme afirma Sinclair (1985), ao dizer que crianças e adolescentes que presenciam violências domésticas estão mais propensos a desenvolver transtornos mentais, além de correrem riscos de se tornarem alvos da violência advinda do agressor (SINCLAIR, 1985).

Em relação ao nível socioeconômico, percebemos que as mulheres que possuíam emprego e renda, demonstraram uma menor preocupação com a possibilidade de separação de seus parceiros. Para as que não possuíam renda própria e nem mesmo uma residência fixa, viviam em constante preocupação sobre as demandas da família. Percebe-se, dessa forma, que ter emprego e renda diferencia as mulheres quando se trata de enfrentar as situações de violências vividas. Assim, parece que a autonomia e independência financeira feminina age como um marcador importante para o enfrentamento da violência. A conquista da autonomia, seja ela financeira ou entendida como o controle da própria vida, remete à necessidade da inclusão da perspectiva de gênero quando se aborda a questão da violência contra as mulheres. Tal como afirma Guedes e Fonseca (2011), a promoção da emancipação feminina pode ser uma estratégia de proteção nos casos de dependência financeira de homens agressores.

Em relação a rede de apoio e suporte, as mulheres entrevistadas neste estudo não tiveram a possibilidade de se beneficiarem de uma rede de apoio, apresentando dificuldades para confiarem em membros familiares, sinalizando (ainda) pouco contato com amigos e nenhum contato com vizinhos. Lima e Werlang (2011) afirmam, que as redes sociais e familiares são fundamentais para a superação da violência conjugal. Parte das mulheres agredidas se amparam nessas pessoas e o suporte aparece como uma falta importante, diante das dificuldades em sair da situação justamente por não ter para onde ir e em quem se apoiar (LIMA e WERLANG, 2011). Para as participantes deste estudo, as relações vivenciadas por elas com pessoas que poderiam servir de apoio e suporte eram distantes e problemáticas, como indicado por Katerndahl et al (2013), ao concluir que a maioria das mulheres em situação de violência de gênero apresentam uma rede de apoio ineficaz e inadequada para o tamanho de suas demandas e necessidades. As mulheres entrevistadas possuíam vínculos fragilizados com amigos e familiares, o que contribuiu para que nos episódios de violência as pessoas fossem omissas em denunciar e oferecer

ajuda.

As participantes não se sentiram seguras e confiantes o bastante para dividir com demais pessoas o que ocorria dentro do ambiente doméstico. Ou seja, a existência de uma rede de apoio, bem como de diferentes formas de suporte fornecidas por essa rede, pode ser entendida como promotora de saúde e fator de proteção diante de possíveis situações de risco (HEANEY E ISRAEL, 2008). Confirmando tudo isso, Gonçalves et al (2011) aponta que o apoio fornecido pela rede de suporte ao entorno da mulher pode produzir efeitos emocionais e viabilizar comportamentos positivos e benéficos para as vítimas de agressão.

Em relação a naturalização da violência à mulher, os resultados demonstraram que as mulheres naturalizam a violência a partir do que as pessoas mais próximas consideravam como sendo algo “comum” e corriqueiro, incentivando-as a “lutarem” por seus matrimônios. Ao pensarmos a naturalização da violência à mulher, fez-se necessário também refletirmos sobre as construções sociais de gênero e de sexualidade inseridas nesses contextos. Minayo (2005) em seu estudo sobre as relações do machismo com a violência afirma também que o masculino como sujeito da sexualidade e o feminino como seu objeto é uma relação que perdura a um longo tempo na cultura ocidental. Cita o estupro como situação que leva ao extremo essa relação, de modo que, neste ato se maximiza: “a dissociação entre o sujeito e o objeto da sexualidade, entre o apoderamento sexual do outro e a anulação da vontade da vítima.” (MINAYO, 2005, p. 24).

Em relação a busca por ajuda em equipamentos e serviços, as entrevistadas relataram que buscaram ajuda por estarem no limite das agressões e descreveram que passaram por vários episódios violentos até se perceberem como vítimas. Segundo Benetti et al (2015) e Madureira et al (2014), essa busca pode estar estreitamente relacionada às características psicológicas, às crenças e aos valores culturais e existenciais das mulheres em situação de violência, sendo esse movimento por ajuda uma estratégia de enfrentamento que é utilizada com a finalidade de sobrevivência ou superação dos episódios aos quais são submetidas.

Os resultados mostraram que os profissionais tomaram conhecimento das violências, realizaram orientações sobre a necessidade de suporte, mas não formalizaram encaminhamento para atendimento especializado. Faz-se importante destacar que os profissionais precisam reconhecer a violência, mas isso exige capacitação e o estabelecimento de uma relação de cuidado que extrapole as ações técnicas, com criação de vínculos, uma vez que o processo de cuidar não ocorre isoladamente, mas por meio de

intencionalidade, interação, disponibilidade e confiança (FERRAZ, TOMAZI e SESSA, 2019).

Em relação a pandemia de Covid-19, O ano de 2020 foi marcado pela decretação da pandemia do novo coronavírus — SARS-CoV-2 — causador da doença Covid-19, que, globalmente, modificou a vida da maioria das pessoas (SANTANA, 2021). Contudo, o distanciamento social e a consequente permanência em casa potencializaram o aumento de alguns tipos de violências, entre elas, a violência doméstica contra a mulher (SANTOS et al, 2021). Pode-se perceber, de acordo com os resultados aqui apresentados, que a probabilidade da ocorrência da violência aumentou no período de pandemia, ao passo que as participantes relacionaram o período de distanciamento social com consumo abusivo de álcool e outras substâncias pelos parceiros, sugerindo que talvez uma grande parcela de agressores esteja sob o efeito de substâncias quando as violências ocorrem e que indivíduos com questões relacionadas principalmente ao uso de álcool em excesso têm maiores probabilidades de se envolver em relacionamentos abusivos e violentos (ZALESKI et al, 2010).

Dessa forma, as entrevistadas reconheceram que a pandemia do coronavírus piorou o cenário abusivo e violento para elas e demais mulheres, reconhecendo nos noticiários de programas televisivos o aumento das notícias de feminicídios no país, fato que as fez temer por suas próprias vidas. Durante a pandemia, para as mulheres deste estudo que residiam com seus companheiros agressores, a relação conjugal se tornou insustentável e as narrativas nos forneceram dados que indicam que ao buscarem por ajuda nesse período, elas se depararam com dificuldades para encontrar profissionais disponíveis na rede de atendimento, tendo em vista a prioridade dada ao cenário pandêmico e às emergências relacionadas a pessoas diagnosticadas com Covid-19. Além do que, o isolamento social também reduziu o contato social dessas mulheres, fragilizando ainda mais a rede de apoio e suporte que poderiam acolhê-las e ajudá-las a romper com as violências vivida (VIEIRA; GARCIA e MACIEL, 2020; MARQUES et al., 2020).

De acordo com os resultados e a literatura consultada para esta discussão, no decorrer dos últimos anos, as políticas públicas para mulheres em situação de violência se fortaleceram com relação aos atendimentos e enfrentamentos, incluindo, por exemplo, ações e estratégias mais eficazes de assistência à saúde da mulher e de seus filhos, entretanto, os dados e demandas de violências às mulheres permanecem, e por mais que haja um engajamento de serviços e profissionais capacitados, as agressões no ambiente

doméstico ainda se fazem presentes com bastante frequência, atingindo cada vez mais mulheres em seus diferentes contextos (PIEROTTI et al., 2018; SANTANA, 2019 e TRENTIN et al., 2019) e, em se tratando de violência de gênero por parceiro íntimo, é importante ressaltar que o estado civil, o emprego, a renda, a vivência da maternidade, a rede de apoio, engajamento de profissionais e serviços, e a pandemia de Covid-19, foram alguns dos marcadores que ocasionaram a busca por ajuda de maneiras diversas em todo o contexto pesquisado, tornando as mulheres ainda mais vulneráveis para buscarem por ajuda e para conseguirem sair do ciclo de violência vivenciado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que os objetivos iniciais deste artigo foram alcançados, conseguindo compreender melhor o recorte da interseccionalidade e dos marcadores sociais da diferença nos casos de violência de gênero em específico das mulheres que buscaram por ajuda.

Dessa forma, este estudo é uma contribuição à literatura existente; uma sugestão para mais pesquisas científicas na área; para apoio às lutas feministas; para suporte a profissionais e serviços; e para mulheres que assim como estas aqui retratadas, precisam ecoar suas vozes para não serem mais silenciadas.

Este estudo também não se limitou ao universo aqui pesquisado, uma vez que outras histórias precisaram ser contadas, considerando as histórias de vida das mulheres violentadas como um todo, desde o início de sua identidade até as construções de seus valores, entendendo que, se dermos visibilidade e voz uma a uma, colaboraremos para uma melhor trajetória de todas as outras que porventura sejam atravessadas por esse fenômeno.

Por fim, torna-se necessário discutirmos e pensarmos coletivamente sobre as ações e intervenções para a prevenção da violência de gênero, alicerçadas em uma rede de atendimento e enfrentamento que seja de fato, apoio e suporte para mulheres em todo o seu percurso por ajuda.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
BARUS-MICHEL, J. A violência complexa, paradoxal e multívoca. In: SOUZA M.;

MARTINS F.; ARAÚJO, J. N. G. (Eds.), *Dimensões da violência: conhecimento, subjetividade e sofrimento psíquico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

BENETTI, E. R. R. *et al.* Estratégias de coping e características de trabalhadores de enfermagem de hospital privado. **REME - Revista Mineira de Enfermagem**, v. 16, n. 1, p. 3-10, 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/2657>. Acesso em: 18 fev. 2023.

BILGE, S. Théorisations féministes de L'intersectionnalité. **Diogéne**, v.1, n. 225, p. 70-88, 2009.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 329-376, 2006.

BRASIL. **Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS**: guia de orientação nº 1. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/8/docs/guia_de_orientacao_creas.pdf. Acesso em: 9 mar. 2023.

BRASIL. Lei n.11.340 de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da União**: seção 1. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 12 fev. 2023.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, Florianópolis, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 07 mar. 2022.

D'OLIVEIRA A. F. P. L. *et al.* Obstáculos e facilitadores para o cuidado de mulheres em situação de violência doméstica na atenção primária em saúde: uma revisão sistemática. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, Botucatu, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/ttfjMwYKXCHCxBhKHjSVpMYL/?lang=pt>. Acesso em: 6 jan. 2023.

ELIAS, M. F.; GAUER, G. J. C. Sistema penal e violência. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito**, v. 6, n. 1, p. 17-128, 2014.

ESTRELA, F.M., SOARES, C.F., CRUZ, M.A., et al. Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. **Ciênc. Saúde Colet.** 2020 [acesso em 2020 dez 20]; 25(9):3431-3436. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/bbcZzgN6Sns8mNPjKfFYRhB/?lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2023.

FERRAZ, D. M.; TOMAZI, M. M.; SESSA, A. As mortes de Matheusa em uma notícia do Estadão: estudos interseccionais sobre preconceito, discriminação e violência física em relação à diversidade de gêneros. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v.

19, n. 4, p. 927-958, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/SwT6mnZjYLn7zTXKdMWfJck/?lang=pt#>. Acesso em: 7 mar. 2023.

FERREIRA, E. P. *et al.* Caracterização dos casos notificados de violência contra mulheres atendidas nos serviços de saúde em Araguaína – TO. **Revista Científica do ITPAC**, v. 11, n. 2, Araguaína, 2018. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/4160/2/%c3%89rika%20de%20Paula%20Ferreira.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2021.

FERREIRA, G. G. Violência, interseccionalidades e seletividade penal na experiência de travestis presas. **Temporalis**, v. 14, n. 27, p. 99-117, 2014.

GABATZ, R. I. B. *et al.* Fatores relacionados à institucionalização: Perspectivas de crianças vítimas de violência intrafamiliar. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 31, n. 4, p. 670-677, 2010.

GADONI-COSTA, L. M.; DELL'AGLIO, D. D. Mulheres em situação de violência doméstica: vitimização e coping. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, v. 2, n. 2, p. 151-159, Juiz de fora, dez. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202009000200010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 7 mar. 2023.

GARDONI-COSTA L. M., ZUCATTI A. P., DELL'AGLIO D. D. Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para mulher. **Estud Psicol.**, v. 28, n. 2, p. 219-27, 2011.

GERMANO, I. M. P.; COLAÇO, V. D. F. R. Abrindo caminho para o futuro: redes de apoio social e resiliência em autobiografias de jovens socioeconomicamente vulneráveis. **Estudos de psicologia**, v. 17, n. 3, p. 381-387, Natal, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/SftmCLBH4yfxB9Bs5rkMXfg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2021.

GÓES, E. D. A. A vergonha social e o medo: obstáculos para a superação da violência doméstica contra a mulher. **Braz. J. of Develop.**, v. 5, n. 11, p. 23627-23645, Curitiba, 2019.

GONÇALVES, T. R. *et al.* Avaliação de apoio social em estudos brasileiros: aspectos conceituais e instrumentos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 3, p. 1755-1769, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/cHhgT5Hz5ssyR9cP99wmhxS/?lang=pt>. Acesso em: 4 jan. 2023.

GROSSI, P. K.; COUTINHO, A. R. C.; BITTENCOURT J. V. Desafios do atendimento à mulher em situação de violência no âmbito do CREAS. **Anais do Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais**, Brasil, 2015. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/9461/2/Desafios_do_Atendimento_a_Mulher_em_Situacao_de_Violencia_no_ambito_dos_CREAS.pdf. Acesso em: 4 dez. 2021.

GUEDES R. N.; FONSECA R. M. G. S.; EGRY E. Y. The evaluative limits and possibilities in the Family health strategy for gender-based violence. **Revista Escola de**

Enfermagem, v. 47, n. 2, p. 304-11, USP, 2013. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/reeusp/article/view/58505>. Acesso em: 26 dez. 2022.

GUEDES, R. N.; FONSECA, R. M. G. S. A autonomia como necessidade estruturante para o enfrentamento da violência de gênero. **Revista Escola de Enfermagem**, USP, v. 45, n. 2, p.1731-5, 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/HgPw4p8bzGtsMYGNxFMFZNw/?lang=pt>. Acesso em: 7 mar. 2023.

GUIMARÃES, R. C. S. *et al.* Impacto na autoestima de mulheres em situação de violência doméstica atendidas em Campina Grande, Brasil. **Revista Cuidarte**, v. 9, n. 1, p. 1988- 97, 2018. Disponível em: <https://revistas.udes.edu.co/cuidarte/article/view/438>. Acesso em: 14 mar. 2023.

HEANEY, C. A.; ISRAEL, B. A. Social network and social support. *In*: K. GLANZ; B. K. RIMER; K. VISWANATH. (ed.). **Health behavior and health education: theory, research, and practice**. San Francisco, John Wiley & Sons, p. 189-210, 2008.

HEISE L. Gender-based abuse: the global epidemic. **Cad Saude Publica.**, v. 10, n. 1, p. 135-45, 1994.

JESUS, D. **A violência contra a mulher**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

KATERNDAHL, D. *et al.* Differences in social network structure and support among women in violent relationships. **Journal of interpersonal violence**, v. 28, n. 9, p. 1948-1964, 2013.

KRUG E.G. *et al.* **World report on violence and health**. Genebra: World Health Organization, 2002.

KRUG, E. *et al.* Informe mundial sobre la violencia y la salud. Washington (DC): OMS: OPAS, 2003.

LEITÃO, M. N. C.; Mulheres sobreviventes de violência exercida por parceiros íntimos – a difícil transição para a autonomia. **Rev Esc Enferm**, USP, 2014

LIMA, G. Q.; WERLANG, B. S. G. Mulheres que sofrem violência doméstica: contribuições da psicanálise. **Psicologia em Estudo**, v. 16, n. 4, pp. 511-520, 2011.

MADUREIRA, A. B. *et al.* Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento. **Escola Anna Nery**, v. 18, n. 4, p. 600-606, 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ean/a/jYG3vKc6tRx8dtGstt3spmB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MARQUES, E. S. *et al.* A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx/?lang=pt>. Acesso em: 2 dez. 2021.

MELO K. M. M.; MALFITANO A. P. S., LOPES R.E. Os marcadores sociais da diferença: contribuições para a terapia ocupacional social. **Cad Bras Terapia Ocupacional**, v. 28, n. 3, p. 1061-1071, 2020. Disponível em:

[https://www.scielo.br/j/cadbto/a/PyVQ](https://www.scielo.br/j/cadbto/a/PyVQWfBrjPMqSS9xWWNTKfK/?format=pdf&lang=pt)

WfBrjPMqSS9xWWNTKfK/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 mar. 2023.

MINAYO, M. C. S. A difícil e lenta entrada da violência na agenda do setor saúde.

Cadernos de Saúde Pública, v. 20, n. 3, p. 646-647, 2004.

MOURA M. A. V.; ALBUQUERQUE N. L.; SOUZA M. H. N. Sociodemographic profile for women who faces the violence and get the support at specialized police stations. **Esc Anna Nery**, v. 16, n. 3 p. 435-442, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/b45JFNnt4GVRjBTp7y4Zdh/abstract/?lang=en>. Acesso em 18 jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Brasília: OMS, 2002. Disponível em: <https://opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude-1.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Violência y salud: resolución no XIX**. Washington, DC, 1994.

PIEROTTI C. F. *et al.* A situação de violência doméstica de gênero na atenção primária à saúde. **Arq Med Hosp Fac Cienc Med Santa Casa São Paulo**, v. 63, n. 1, p. 12-18, 2018. Disponível em:

<https://arquivosmedicos.fcmsantacasasp.edu.br/index.php/AMSCSP/article/view/58>

. Acesso em: 8 dez. 2021.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263 – 274, Goiânia, 2008.

SANTANA, A. C. C. S. Desafios da atenção à violência doméstica pela equipe da estratégia de saúde da família. **Ciências Biológicas e de Saúde - UNIT**, v. 5, n. 3, p. 215-220, Sergipe, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.set.edu.br/cadernobiologicas/article/view/7059>. Acesso em: 14 fev. 2023.

SANTANA, C. F. S. P. **Violência Doméstica Contra a Mulher no Município de Belém do Pará em Contexto de Pandemia da Covid-19**. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. PPGSP, UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2021. Disponível em:

https://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses_e_dissertacoes/dissertacoes/2019/201921%20-%20SANTANA.pdf. Acesso em: 4 jan. 2023.

SANTOS, D. F. *et al.* Masculinidade em tempos de pandemia: onde o poder encolhe, a violência se instala. Universidade Federal do Espírito Santo, **Saúde e Sociedade**, Mar. 2020. v. 30, n. 3, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/jd7SgTXGfGqmKdyB8K7jnCv/>. Acesso em: 14 mar.

2023.

SCHRAIBER L. B. *et al.* **Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos.** São Paulo: UNESP, 183 p., 2005.

SINCLAIR, D. **Understanding wife assault: A training manual for counselors and advocates.** Toronto: Publications Ontario, 1985.

TERRA, M. F. *et al.* Medo e vergonha como barreiras para superar a violência doméstica de gênero. **Athenea Digital**, v. 15, n. 3, p. 109-125, 2015. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/v15-n3-terra-doliveira-schraiber/1538-pdf-pt>. Acesso em: 7 mar. 2023.

TERRA, M. F. **Gênero e direitos humanos na assistência às mulheres em situação de violência doméstica de gênero na Atenção Primária à Saúde.** 2017. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-01082017-092540/publico/MariaFernandaTerra.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2023.

TRENTIN, D. *et al.* Olhar de profissionais no atendimento a mulheres em situação de violência sexual: perspectiva da declaração universal de bioética e direitos humanos. **Texto & Contexto – Enfermagem**, 2019.

VIEIRA, P. R.; GARCIA, L. P.; MACIEL, E. L. N. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, 2020.

WANG T, *et al.* Partner violence and sexual jealousy in China: a population-based survey. **Violence Against Women**. 2009;15(7):774-98.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Multi-country study on women's health and domestic violence against women.** Geneva: WHO; 2002.

World Health Organization (WHO). **WHO multi-country study on women's health and domestic violence against women: summary report of initial results on prevalence, health outcomes and women's responses.** Geneva: WHO; 2005.

ZALESKI, M. *et al.* Violência entre parceiros íntimos e consumo de álcool. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 53-59, 2010.

ZAREI M. *et al.* The prevalence of violence against women and some related factors in Sanandaj city (Iran) in 2015. **Electron Physician**, v. 9, n. 11, p. 5746-53, 2017.